PROJETO

JUVENTUDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

Guia prático

Estratégias para atuação de educadores sociais em contextos violentos

Realização:

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

PRONASCI PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parceria estratégica:

INSTITUTO SOU DA PAZ

NAÇÕES UNIDAS BRASIL ILANUD

Sumário

Introdução..... 2

1. Quais as características dos contextos violentos? 4

2. Como entender a relação entre juventude e violência?..... 8

3. Como trabalhar com adolescentes e jovens em contextos de violência?..... 15

4. Como lidar com situações-limite?..... 27

5. Recomendações às instituições e seus gestores.... 34

Para saber mais..... 40

Introdução

Este guia destina-se aos profissionais que trabalham com adolescentes e jovens em contextos de violência. Embora esteja focado nos educadores sociais, as informações e recomendações aqui contidas também podem ser úteis para os gestores de projetos e instituições.

No Brasil, já existe um conhecimento acumulado sobre o trabalho com adolescentes e jovens, mas ainda falta material que discuta a atividade do educador especificamente em contextos de violência. Profissionais que atuam em realidades complexas, onde há diferentes tipos de violência envolvendo adolescentes e jovens, como brigas, presença de armas de fogo, ameaças, agressões físicas e verbais, entre outras, muitas vezes lidam com essas situações sem orientação e acabam tendo que resolvê-las de acordo com sua experiência pessoal ou bom-senso. Mas será que isso é suficiente? Os educadores se sentem seguros e, mais do que isso, sentem que sua atuação diante desses casos está de acordo com os propósitos da educação so-

cial, ou seja, está promovendo a transformação e a emancipação de cada adolescente e jovem? A resposta mais realista é não: os educadores se sentem inseguros, necessitam de apoio e formação.

Diante dessa constatação, elaborou-se o presente guia, a partir de oficinas e entrevistas com educadores que atuam em contextos de violência nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Brasília. O objetivo deste material não é oferecer uma receita pronta de como atuar diante de cada situação, mas sim apresentar conceitos que podem ajudar o profissional que está na ponta a entender melhor como as diferentes violências envolvendo adolescentes e jovens acontecem, além de mostrar caminhos para lidar com elas. O guia surgiu a partir de uma demanda dos gestores do PROTEJO, o Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável, no âmbito das iniciativas do Pronasci. Mas pretende-se que esse material possa ser utilizado por qualquer educador que atue em contextos de violência.

Ao final do guia, são apresentadas recomendações para os gestores de projetos e instituições, visando não só subsidiar o trabalho dos educadores, mas também aperfeiçoar a atuação da instituição. Para aqueles que quiserem se aprofundar em determinados temas abordados aqui, é indicada uma lista de referências.

Esperamos, com este material, contribuir para fortalecer a atuação de todos aqueles que se dedicam a melhorar as condições de vida dos adolescentes e jovens do Brasil.

1. Quais as características dos contextos violentos?

O educador que atua em contextos de violência precisa conhecer as características destes locais, para entender como estas influenciam os comportamentos e atitudes dos jovens e também para obter mais elementos para pensar em intervenções adequadas. É claro que cada comunidade possui sua história, identidade e cultura, mas, mesmo diante das peculiaridades de cada local, é possível perceber aspectos comuns a estes lugares, que serão apresentados a seguir.

1.1 Violência no Brasil e os contextos violentos

No Brasil, já faz muitos anos que a violência se tornou um grave problema social e passou a fazer parte da agenda nacional. Isso porque, desde a década de 1980, os índices de homicídios, sequestros, latrocínios, roubos, assaltos e outros crimes cometidos com violência começaram a aumentar de maneira alarmante, gerando entre a população uma sensação de pânico e a demanda por medidas para enfrentar estes problemas. Assim, quando a opinião pública fala em violência, está se referindo, sobretudo, a estes crimes, mas o conceito de violência é bem mais amplo.

Atenção!

Violência e crime são dois conceitos diferentes.
Violência é toda ação intencional que provoca um dano (físico, psicológico ou moral), podendo ser autoinfligida, interpessoal ou coletiva.
Crime é tudo aquilo que está tipificado na lei penal – ou seja, a lei precisa dizer o que é ou não um crime. Há crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, contra a administração pública, etc. Eles podem ou não envolver violência.
Nem todo crime é violento, assim como nem toda situação de violência é ilegal!

Apesar de ser um problema de dimensão nacional e que provoca um sentimento de insegurança generalizado, a violência afeta as pessoas de formas diferentes, de acordo com sua localização geográfica, classe social e faixa etária, entre outros. Por exemplo, em uma cidade, os assaltos acontecem com mais frequência nas áreas mais abastadas, enquanto os homicídios se concentram em áreas mais excluídas. Neste guia, ao tratar de contextos violentos, estamos nos referindo a localidades com altos índices

de homicídios, que constituem o tipo mais grave de violência. Os dados e pesquisas existentes revelam que as periferias dos grandes centros urbanos são os locais com maior concentração de assassinatos no país.

Atenção!

Pesquisas recentes, como o *Mapa da Violência 2010 – Anatomia dos homicídios no Brasil*, tem apontado um movimento de interiorização dos homicídios, ou seja, eles tem migrado para cidades menores, do interior do país, próximas a regiões fronteiriças. Neste guia, no entanto, trataremos, sobretudo, da realidade nas periferias das regiões metropolitanas.

Estes territórios possuem algumas características, apresentadas a seguir.

São regiões vulneráveis social e economicamente, com pouca presença do Estado. Nessas localidades, faltam recursos e equipamentos públicos de saúde, educação, cultura e lazer, entre outros. Em alguns casos, são áreas que tiveram uma ocupação recente e pouco planejada, com condições precárias de habitação. O Estado ora está ausente (quando deixa de prestar os serviços e instalar os equipamentos necessários), ora se faz presente de maneira insatisfatória, com programas e serviços insuficientes e profissionais desmotivados.

Ainda é comum que, para estes lugares, sejam direcionados servidores desmotivados e, em alguns casos, menos preparados, seguindo a lógica de que trabalhar nestes locais é um "castigo", quando, ao contrário, para estas localidades deveriam ser enviados mais recursos e os melhores profissionais. Essa situação acontece tanto com servidores da saúde, da educação, da assistência social, quanto com os agentes de segurança pública. Policiais sem preparo nem motivação acabam perpetuando, junto à comunidade, uma relação de medo e desconfiança.

O individualismo e o uso da força são aceitos para conquistar direitos. A falta de confiança e vínculo da população com os policiais, a ausência de mecanismos formais de resolução de conflitos e

a pouca presença do Estado fazem com que, em muitos casos, as pessoas recorram ao uso da força ou a mecanismos informais e até mesmo ilegítimos para buscar justiça e garantir seus direitos. Diante de um cenário de tantas dificuldades e carências, muitas pessoas acabam optando por recorrer a soluções imediatistas: em vez de se engajarem em ações coletivas que tendem a gerar transformações a longo prazo, buscam soluções individuais por meio de favores de políticos ou até de pessoas ligadas ao crime organizado. Vale mencionar, aliás, que em algumas comunidades é comum que o crime organizado regule as relações, não só determinando como se dará a circulação das pessoas no território, mas também atuando como um aparente regulador dos conflitos.

A cultura do medo e da violência está disseminada. Outro ponto a ser considerado sobre estes locais é o aspecto cultural e simbólico da violência, ou seja, a forma como se estabelecem e são socialmente aceitas relações interpessoais pautadas na violência. Isso influencia não só a maneira como as pessoas e grupos resolvem seus conflitos e buscam acessar seus direitos, mas também as relações cotidianas, até mesmo dentro de casa. Em muitas famílias, na escola e em outros espaços de convivência, a cultura da punição, do castigo, da violência física e da intolerância ainda está muito presente.

Este é um fator muito relevante inclusive quando se trata de violência letal. Por exemplo, estudos realizados pela Polícia Civil de São Paulo apontam que cerca de 60% dos homicídios são cometidos por motivos banais, por pessoas que se conhecem e sem ligação com atividades criminosas. Numa comunidade onde se aceita o uso da força como uma resposta à violência ou como maneira legítima de solucionar conflitos (independente de sua gravidade), a cultura da violência que estimula o "olho por olho" também potencializa o número de assassinatos. Porém, ela também tem outras consequências: perpetua a ideia de que só é possível se relacionar desta maneira, minimizando a importância do diálogo, da palavra, da negociação, da tolerância e do respeito ao diferente, como valores que deveriam pautar o convívio social.

Presença do tráfico de drogas. Além da cultura da violência que permeia muitas relações, não se pode negar o impacto da existência de atividades ilícitas – a maioria ligada ao tráfico de drogas – nesses territórios. Em alguns locais, as lideranças do tráfico ocupam o vazio criado pela ausência do Estado, seja regulando as relações e mediando conflitos, seja provendo serviços e até resolvendo problemas individuais. Além de não contribuírem para o desenvolvimento da autonomia da comunidade, pois alimentam a dependência dos moradores, a presença e o poder do tráfico de drogas nestes locais criam em muitos adolescentes e jovens a ideia de que participar de alguma forma dessa estrutura é a única maneira de conseguir sucesso, visibilidade e reconhecimento.

Em contraponto a essas características, é importante ressaltar que muitas dessas comunidades, a despeito das ausências e das frustrações, seguem se mobilizando e lutando por melhores condições de

vida. Nestes locais, há inúmeras pessoas dispostas a se envolver em projetos coletivos e participar de ações em benefício da comunidade, mas em alguns casos elas não encontram oportunidades para o engajamento e a participação.

Mesmo quando o Estado atua de forma insuficiente, as pessoas tem se organizado para tentar suprir as demandas. As atuações de igrejas, associações de bairro, grupos de moradores e coletivos juvenis são exemplos de mobilizações por melhorias na comunidade. Também é possível encontrar nestas localidades servidores públicos que, a despeito de todas as dificuldades inerentes a áreas vulneráveis e com poucos recursos, realizam um trabalho de excelência.

Em relação ao problema da violência e da insegurança, também é preciso reconhecer que, recentemente, tem sido realizados esforços por parte do Estado para construir comunidades seguras, direcionando investimentos para o desenvolvimento dessas localidades e a melhoria dos serviços, além da mudança nas políticas de segurança pública. O Estado tem investido em projetos de prevenção da violência e na melhoria da atuação policial, no sentido de aperfeiçoar a formação destes profissionais e valorizar programas de aproximação com a população.

1.2 Quais os desafios para os educadores que atuam em contextos de violência?

Os pontos explicitados anteriormente são aqueles para os quais o educador social deve estar atento quando começa a trabalhar em um contexto de violência. Afinal, em seu cotidiano, ele perceberá que estas características influenciam as diversas situações de violência que poderão ocorrer dentro do projeto ou até mesmo em outros espaços – mas que, ainda assim, influenciarão de alguma forma a dinâmica do grupo.

Um dos maiores desafios para aqueles que atuam em contextos de violência é não desanimar diante de um cenário de tantas adversidades, com a violência tão presente no cotidiano dos adolescentes e jovens. É preciso continuar acreditando que a transformação é possível, que a educação social, principalmente nestes territórios, faz sentido e tem potencial para melhorar a vida pessoal e social de cada atendido. Neste trabalho, os educadores precisarão estar mais instrumentalizados e ter à sua disposição mais ferramentas e recursos. Porém, nada disso adiantará se o educador não acreditar de verdade na possibilidade de mudança, uma vez que isso repercutirá em sua postura, em como construirá vínculo com o grupo, em como se relacionará com cada jovem e em como lidará com cada situação-limite.

Outro ponto-chave é olhar a comunidade para além das estatísticas criminais, buscando entender o

cenário de vulnerabilidade e exclusão do local e sua influência sobre a maneira como as pessoas se relacionam. Também é importante conhecer como a comunidade tem reagido a essa situação, procurando conhecer as boas iniciativas existentes.

Estar preparado para lidar com a frustração, a descrença, a desconfiança da comunidade e, paradoxalmente, com a expectativa de que aquele projeto solucionará todos os problemas também é um desafio que se coloca aos profissionais. Por isso, é muito importante alinhar as expectativas e trabalhar sempre na perspectiva de um trabalho integrado, em rede, pois nem o educador nem o projeto são os grandes salvadores da comunidade. E cada educador precisa ter clareza de que não está ali para, sozinho, dar conta de todos os problemas. Este é um peso muito grande, que não corresponde à realidade e gera frustrações tanto para o próprio educador quanto para a comunidade.

2. Como entender a relação entre juventude e violência?

A relação entre juventude e violência não é simples de se entender e muito menos fácil de se trabalhar na prática, pois ainda faltam ações e metodologias consolidadas. No entanto, partindo de alguns conceitos, é possível compreender melhor como se dá essa relação. Ao perceber como alguns desses conceitos se concretizam, o educador ganha mais ferramentas para lidar com os desafios cotidianos, pensar em estratégias preventivas e também em como agir diante de situações-limite.

2.1 O que a realidade nos mostra...

A associação entre juventude e violência se evidencia nos dados alarmantes que apontam que os jovens são hoje as maiores vítimas de homicídios no Brasil e, em muitos casos, são também os autores dessas mortes. Os jovens constituem, ainda, o grupo mais envolvido com diversas outras situações de violência, sejam criminosas ou não.

Com relação aos homicídios, os dados revelam um contexto em que a cultura da violência e a falta de investimento nos jovens são fatores que impactam diretamente os índices. Vamos aos fatos.

- Os jovens são as maiores vítimas, sobretudo os jovens homens e, mais ainda, jovens negros. O *Mapa da Violência 2010*, que reúne dados nacionais referentes a 2007, aponta, por exemplo, que naquele ano foram assassinadas 47.707 pessoas, sendo 17.475 jovens de 15 a 24 anos. Desse grupo, 16.408 eram homens e, entre estes, os negros correspondiam a 11.905.

- Para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V), elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Fundação Seade em 2010, com dados de 2006, foram consideradas diferentes dimensões, dentre as quais se destacam a proporção de jovens que não trabalham nem estudam, renda familiar per capita inferior a um salário mínimo, porcentagem de domicílios localizados em assentamentos precários. A vulnerabilidade juvenil de jovens à violência está diretamente vinculada a essas dimensões. O que demonstra que quanto menor é o investimento em educação, trabalho e moradia, mais há risco de envolvimento com violência.
- A mesma pesquisa que elaborou o IVJ-V fez um levantamento mais detalhado em 31 municípios brasileiros e constatou que 31% dos jovens entrevistados disseram ter facilidade para obtenção de armas de fogo, além disso, contatou que cerca de 30% desses jovens são expostos à violência, o que significa que apresentaram histórico ou algum risco mais concreto de exposição à violência. O dado mais chocante, é que desse grupo de expostos à violência, 88% já viram pessoas assassinadas.
- A maioria dos assassinatos acontece entre pessoas que se conhecem e sem antecedentes criminais. Alguns estudos indicam que motivos banais e conflitos de relacionamento, como uma briga no bar, no trânsito, pela namorada, porque a pessoa é de determinado grupo ou porque torce por outro time, são a principal causa dos homicídios. O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil de São Paulo analisou mais de 1100 homicídios cometidos entre 2005 e 2009 e apontou que os jovens de 18 a 30 anos representam quase a metade (48,9%) das vítimas e quase 2/3 dos autores (62%). O estudo também revelou que motivos fúteis foram a principal causa dos assassinatos, seguidos por vinganças, desavenças e ciúmes/passional. Outra informação relevante é o fato de que 51% dos autores não tinham antecedentes criminais; entre as vítimas, esse número chegou a 69,7%.

Atenção!

Para saber mais sobre o IVJ-V, acesse:
http://www2.forumseguranca.org.br/ivj/documentos
E se quiser consultar os dados relativos ao seu município, acesse:
http://www2.forumseguranca.org.br/ivj/informacoes-municipais

É possível perceber, então, o quanto a violência é uma forma de se relacionar naturalizada, valorizada e muitas vezes justificada pela sociedade. A maneira como as pessoas negociam interesses e lidam com conflitos cotidianos, utilizando recursos violentos, culmina em mortes desnecessárias e alimenta o ciclo de violência.

Atenção!

A falta de tolerância e de respeito à diversidade, o medo do diferente, a ausência de espaços de convivência e de uma cultura de diálogo e mediação, além da valorização de determinados símbolos, comportamentos e atitudes pela mídia, são fatores diretamente relacionados ao cenário de violência e às altas taxas de homicídios no Brasil. Vale acrescentar o fato de que a maioria (70%) dos homicídios é cometida com armas de fogo, que, para muitas pessoas, ainda são vistas como símbolos de poder e defesa pessoal.

Se este contexto é um retrato genérico de toda a sociedade, ele é ainda mais importante para nos ajudar a entender a relação entre juventude e violência. Para isso, é preciso analisar dois aspectos: de um lado, as características, demandas e necessidades da juventude; e, de outro, como a violência, já tão valorizada e disseminada em nossa sociedade, pode ser o recurso que os jovens utilizam para vivenciar as experiências inerentes a essa fase da vida e obter aquilo que desejam. Para avançar nessa discussão, vale aprofundar como os jovens tem sido vistos pela sociedade.

2.2 Quem é e o que quer o jovem?

Genericamente, pode-se dizer que jovem é a pessoa na faixa etária entre 15 e 29 anos, como sugerem a ONU e a Secretaria Nacional de Juventude. Mas será que na mesma cultura, época e realidade há homogeneidade de experiências e modos de ser jovem? É possível falar de uma juventude, ou seria mais apropriado pluralizar esse conceito? Por mais que a faixa etária e algumas características subjetivas e biológicas aproximem essa multidão, o contexto socioeconômico e cultural proporciona experiências e juventudes diversas.

Assim, antes de mais nada, é preciso reformular a pergunta: quem são e o que querem os jovens? Afinal, não é possível reduzir um grupo tão amplo (que já representa 48 milhões de brasileiros) e tão diverso

a uma única categoria: "o jovem". Entre muitas pessoas que estudam ou trabalham com esse grupo, já é consenso que o mais adequado é falar em jovens, em juventudes, justamente para reforçar a ideia de diversidade e evitar uma homogeneização que não reflete a realidade.

Pensando no Brasil, onde jovens vivem nas zonas rurais e urbanas, em estados paupérrimos e muito ricos, nas periferias e nos bairros da elite, negros, brancos e mestiços, trabalhadores e desempregados – para falar de algumas diferenças –, nosso olhar precisa ser múltiplo. Esses grupos tem acessos e níveis de acessos diferentes à cultura, ao lazer, ao trabalho, à escolarização, à circulação nas cidades, nos estados e no país. A despeito de todas essas diferenças, há consensos sobre essa fase da vida, como as apresentadas a seguir.

A juventude é um período crucial para a construção da identidade dos indivíduos. Por isso, a tendência dos jovens é experimentar, arriscar, criticar, questionar o que é apresentado como certo e definitivo. Também nessa fase, pertencer a um lugar e ser reconhecido e validado pelo grupo são objetivos muito importantes para os jovens. Eles precisam buscar quem são suas referências, em quem querem se espelhar, testam comportamentos, atitudes e linguagens (Gosto disso? Me sinto melhor me vestindo dessa ou daquela forma? Me identifico mais com esse ou aquele jeito de falar?), se associam a diversos grupos, numa tentativa de viver intensamente as emoções e conquistar um espaço no presente.

Os jovens não são um problema social; são sujeitos de direitos. As visões sobre os jovens tem evoluído ao longo do tempo, mas é preciso superar de vez a concepção de jovens como problema social, rebeldes e potenciais criminosos e consolidar a concepção de que eles são sujeitos de direitos. Até a década de 1970, no Brasil, eram considerados efetivamente "jovens" (como condição social, para além da definição meramente etária) os indivíduos das classes média e alta. Os jovens das camadas populares, tendo de trabalhar e interromper os estudos muito cedo, ou a eles nem tendo acesso, eram excluídos dessa categoria.

Ao longo do tempo, a visão sobre a juventude em situação de vulnerabilidade também evoluiu: passou de uma concepção repressivo-correcional (que procurava, pela contenção, livrar os jovens de seus aspectos nocivos) para uma ideia assistencialista, que via no jovem alguém que não tem, não sabe e não pode nada e que, portanto, precisaria ser suprido pelo educador. Finalmente, tem se consolidado uma vertente cidadã, que pressupõe a garantia de direitos como sentido preponderante do trabalho com jovens, considerando sua criatividade e potencial transformador. É essa vertente que precisa ser cada vez mais fortalecida.

Os jovens moradores de contextos violentos tem diante de si, além de todos os desafios inerentes a essa fase da vida, aqueles relacionados a uma situação de privação de direitos. No Brasil, apesar dos inegáveis avanços em relação às políticas para crianças e adolescentes, faltam políticas específicas para a juventude (e ainda mais aquela moradora de contextos de violência) que atendam às suas necessidades e características dessa fase.

Diante destas especificidades, considerando-se um contexto em que a violência é legitimada na sociedade e são poucas as oportunidades para os jovens que vivem em regiões mais vulneráveis e sem acesso a direitos, muitos estudiosos da relação entre juventude e violência apontam que os jovens acabam vendo na violência o caminho mais curto, fácil e rápido de se colocar no mundo, ganhar o respeito dos colegas, ter um lugar na comunidade, ser vistos e ouvidos pela sociedade.

2.3 O que pode ser feito?

Ainda que a relação entre juventude e violência seja complexa e o envolvimento dos adolescentes e jovens em situações de violência seja causado por fatores de naturezas muito distintas, é possível pensar caminhos para prevenir esse envolvimento ou lidar com ele da maneira mais adequada. Para isso, é muito importante:

- entender as características inerentes a essa fase: a necessidade de visibilidade e reconhecimento, de pertencer a um grupo com o qual possa compartilhar os mesmos sentimentos e objetivos, ser tratado com dignidade e respeito, ser valorizado por suas competências e ações positivas;
- acreditar no alto poder criativo dos jovens, apostando na juventude mais como uma oportunidade de construção de identidades positivas do que como um risco de desvios e envolvimento com a violência;
- entender o conceito de vulnerabilidade e realizar uma leitura mais ampla do contexto de violência em que o jovem está inserido, identificando os fatores que aumentam seu risco de envolvimento com a violência;
- entender o conceito de resiliência, como ela pode ser fortalecida nos jovens e desenvolver ações para isso.

O que é vulnerabilidade?

Até algumas décadas atrás, era comum responsabilizarmos pessoas ou grupos por situações muito precárias de vida. Por exemplo, o Código de Menores responsabilizava famílias pobres pela falta de condições de prover adequadamente seus filhos, como se as condições sociais, econômicas, educacionais em que viviam não tivessem nenhuma contribuição na sua existência especialmente difícil.

Situação parecida foi vivida no período de descoberta da Aids. Quem não ouviu falar nos grupos ou comportamentos de risco? Os homossexuais, hemofílicos, prostitutas eram responsabilizados e discriminados porque pertenciam a grupos ou agiam de maneira a facilitar a contaminação pelo vírus HIV. Mas será que essa relação era tão direta e simples assim? Não, claro que não!

É no fervor dessa discussão que surge o conceito de vulnerabilidade, que inclui na análise do quadro epidêmico da Aids as condições de vida que facilitavam a contaminação. Ou seja, além dos fatores individuais, começaram a ser consideradas as questões ambientais, sociais, econômicas, de direitos humanos que contribuíam para que houvesse a infecção.

Vulnerabilidade é então um conceito que surgiu na área da saúde e ganhou espaço na análise de temas sociais, contribuindo para uma visão mais complexa da realidade. Ao trabalhar a partir da ideia de vulnerabilidade às situações de violência, estamos aceitando que, além de fatores individuais que podem influenciar a exposição das pessoas à violência, existem elementos sociais, ambientais, econômicos e de direitos humanos, denominados de fatores de risco, que contribuem e/ou determinam a exposição a essas situações.

O que significa resiliência?

Todos nós já vivemos ou conhecemos pessoas que tiveram perdas importantes, sofreram acidentes graves, foram vítimas de ações violentas e, apesar de todo o sofrimento, conseguiram se reorganizar e continuar vivendo bem, planejando um futuro, às vezes até melhor. O que essas pessoas tem de especial? Ultimamente, temos ouvido dizer que são resilientes. Mas, o que isso significa?

Resi liência é um conceito da Física, que descreve a capacidade dos materiais de voltarem à sua condição original, sem deformações após sofrerem grande pressão. Nas ciências humanas, esse conceito refere-se à possibilidade de enfrentamento e superação de situações-limite ou situações de risco.

Atenção!

Às vezes, resiliência é confundida com a capacidade de não se deixar afetar pelas dificuldades. Mas as experiências de resiliência pressupõem o contato com as adversidades e a disposição para sair das desventuras de maneira positiva.

A grande pergunta é: por que algumas pessoas conseguem lidar bem com problemas tão sérios e outras não? Os primeiros estudos sobre resiliência consideravam-na uma capacidade individual, inata, presente em algumas pessoas. Hoje, estudos apontam que a resiliência se constitui de aspectos individuais, ambientais e sociais. Assim, além de características pessoais, também estariam envolvidos as condições de vida, o contexto, as redes de apoio, a existência de um projeto de vida.

Há autores que dizem que a resiliência está presente em todos nós. Mais do que isso, ela pode ser aprendida e aprimorada. É possível aprender a levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima!

Analisando pessoas ou grupos resilientes, podemos perceber algumas características presentes: confiança em sua capacidade de viver e superar problemas; visão positiva de si mesmo; existência de um projeto de vida que mobiliza as ações, uma direção para onde ir e um lugar aonde se quer chegar; a experiência ou a vontade de pertencer a grupos; a valorização da solidariedade; a compreensão analítica do mundo, do contexto em que se vive.

Quando abordamos situações de violência, identificamos fatores individuais, sociais, ambientais, econômicos e de direitos humanos, que minimizam a probabilidade de ocorrências dessas situações, neutralizam fatores de risco, ou fortalecem a resiliência das pessoas. São os chamados fatores de proteção.

Atenção!

Os termos fator de risco e fator de proteção aplicados a contextos de vulnerabilidade e resiliência a situações de violência são os fatores que podem aumentar a possibilidade de uma ação violenta, ou aqueles que podem diminuir a probabilidade de situações de violência e neutralizar os fatores de risco. Mas atenção: fator de risco não significa uma relação automática de causa e efeito!

Como os conceitos de vulnerabilidade e resiliência podem ajudar o trabalho do educador?

O conceito de vulnerabilidade reforça a importância de ampliar o olhar sobre o indivíduo: além dos aspectos individuais e do histórico de vida de cada um, é necessário considerar quais características sociais e ambientais podem estar influenciando a relação de determinada pessoa ou grupo com a violência.

Já o conceito de resiliência mostra que a capacidade de reagir bem às adversidades pode ser aprendida, e os educadores podem trabalhar isso com o grupo. Levando em conta as características e necessidades dos jovens, os educadores podem, no seu cotidiano de trabalho:

- promover o diálogo com os jovens e entre eles;
- realizar atividades que coloquem o jovem no lugar de protagonista, aquele que tem a ideia e lidera diferentes atividades;
- estimular sempre as atividades coletivas;
- construir relações de afeto e confiança com os jovens e entre eles;
- procurar caminhos para envolver a família e a comunidade dos jovens nas atividades do projeto.

3. Como trabalhar com adolescentes e jovens em contextos de violência?

Cada contexto é único, cada projeto tem seus próprios princípios, cada grupo tem suas singularidades e cada educador tem sua experiência pessoal e seu modo de trabalhar. Mesmo assim, há recomendações que podem ser úteis a todos aqueles que atuam com adolescentes e jovens em contextos violentos. Muitas das situações de violência que acontecem em projetos e atividades com este público podem ser evitadas ou minimizadas se o educador estiver atento à sua postura, à forma como estabelece relações com o grupo (e como media as relações entre seus integrantes), às regras de convivência que se estabelecem e como se zela por elas, entre outros. Por isso, neste capítulo, são apresentadas sugestões que ajudarão os educadores a construir um ambiente participativo, pautado pelo diálogo e pelo respeito, em que cada um se sinta parte do grupo e responsável por ele.

Trabalhando em contextos de violência, muitas vezes o educador pode se deparar com situações que acontecem fora do projeto, mas que afetam e prejudicam o desenvolvimento dos adolescentes e jovens atendidos – como brigas, casos de violência doméstica, violência policial, conflitos relacionados ao consumo ou tráfico de drogas, etc. Por isso, o profissional deve estar atento aos sinais de que há algo errado e estar disponível para escutar os problemas e pensar, junto com os envolvidos, o que fazer. Nesses casos, é muito importante envolver a família e a comunidade. Isso não significa que um educador que dedica inúmeras horas de seu trabalho prestando um atendimento direto a adolescentes e jovens deva despender a mesma quantidade de tempo em contatos com a família ou aprofundando relações comunitárias. O que queremos dizer é que estes três âmbitos devem ser considerados em seu trabalho e que o educador pode e deve lançar mão da família e da comunidade como importantes aliados, quando necessário. Por isso, a parte final deste capítulo traz algumas considerações sobre o envolvimento da família e da rede de proteção existente na comunidade.

3.1 Onde tudo começa: a postura do educador

Como já vimos, o sentido do trabalho do educador social é promover transformações, envolvendo nesse processo os adolescentes e jovens para que sejam sujeitos ativos da mudança. O educador é uma peça-chave no grupo e, em última análise, constitui a maior referência naquele espaço. Por isso, é muito importante que esteja atento ao seu próprio comportamento e atitudes, pautando seu trabalho pelos aspectos apresentados a seguir.

Profissionalismo. O educador deve respeitar os horários estabelecidos, não faltar e cumprir o planejado com o grupo, pois ele é um exemplo para o grupo e precisa mostrar que está realmente engajado com o trabalho. Estas são atitudes simples que sinalizam seu comprometimento com o que acontece ali.

Crença no potencial transformador da educação social. Trabalhando em contextos de violência, é ainda mais importante que o educador esteja ali porque realmente acredita na possibilidade de transformação daquele grupo, mesmo diante de situações-limite, e perceba que todo acontecimento ali pode ser trabalhado como uma situação pedagógica – mesmo uma briga, um conflito, uma situação de violência precisam ser tratados dessa maneira.

Coerência com os valores e princípios do projeto. O educador deve agir, em todas as situações, de acordo com os princípios e valores éticos do projeto e/ou instituição que o contratou. Isso pode significar, por exemplo, não tolerar a presença de armas, apoiar o policiamento comunitário, não negociar com o tráfico, etc. Para que isso aconteça, é essencial que a instituição deixe claro para o educador quais seus princípios e valores, o que pode ajudá-lo a tomar decisões cruciais em momentos que exigem uma resposta rápida.

Atenção!

É comum, em muitos projetos, ter educadores que residem nas comunidades onde o projeto acontece. Nesses casos, é essencial estar atento à sua postura mesmo fora do projeto. É preciso ser coerente o tempo todo, em todas as situações. Por exemplo, um educador que diz ao grupo que não é legal adquirir produtos falsificados não pode ser visto comprando um DVD pirata na feirinha do bairro!

Reconhecimento dos seus limites. O educador pode muito, mas não pode tudo. Com as recomendações aqui reunidas, acreditamos que é possível estabelecer uma relação de diálogo e confiança com os jovens, que permita ao educador se posicionar com mais tranquilidade diante de situações complexas. Mas em casos realmente graves, o educador não pode colocar sua segurança e a do grupo em risco, devendo procurar apoio imediato de outros colegas ou da coordenação da instituição, ou interromper as atividades e trabalhar a situação em outro momento (no próximo capítulo, trataremos disso com mais detalhes). Reconhecer os limites não é ser omisso, é ser responsável!

3.2 A relação do educador com o grupo

Criar uma boa relação com o grupo é uma das primeiras condições para se desenvolver um trabalho social qualificado. Em contextos violentos, é ainda mais importante que o educador se empenhe para ter um bom relacionamento com o grupo e com cada jovem. Assim, ele se consolidará de fato como uma referência e, diante de uma situação-limite, será ouvido e respeitado. Para isso, o educador deve:

Criar vínculo com o grupo. O educador não está ali para ser amigo e nem submisso ao grupo, mas também não pode ter uma relação fria e distante. Interessar-se pela realidade dos adolescentes e jovens, buscar saber do que eles gostam, incorporar sua linguagem e seus desejos ao programa de atividades constituem formas de estabelecer um vínculo que, aos poucos, se transforma também em uma relação de respeito e confiança. Isso pode acontecer em conversas informais no início da atividade, fora do momento de aula ou até mesmo em atividades em que se dê espaço para o jovem falar de si e de seu universo. Também é essencial que o educador estabeleça relações claras, definindo os papéis e responsabilidades de cada um.

Construir legitimidade e autoridade perante o grupo. O que confere legitimidade e autoridade ao educador não é só sua função profissional e conhecimentos, mas também a relação que ele estabelece com o grupo e como os jovens irão ouvi-lo e respeitá-lo. Isso não acontece de uma hora para a outra, mas sim a partir de cada atitude do educador, de seu esforço em criar vínculo com os participantes, de sua postura durante as atividades.

Atenção!

Autoridade não deve ser confundida com autoritarismo! A autoridade é o poder conferido a alguém por conta de sua função ou cargo. Autoritarismo é o abuso da autoridade. Uma postura autoritária por parte do educador só afastará os jovens e criará um ambiente de medo e submissão, pouco produtivo e com mais chances de gerar situações violentas.

Em muitos projetos, os educadores não se sentem legitimados a adotar certas posturas, questionar os jovens e tratar de temas mais delicados porque não fazem parte daquela realidade – muitas vezes até tem origens sociais distintas dos participantes do projeto. É preciso se lembrar que a legitimidade não tem a ver com origem social, mas sim com a postura, o repertório e a experiência do educador, o que possibilita quebrar essa barreira com os jovens.

Criar um ambiente participativo. Os adolescentes e jovens precisam exercitar a participação e o trabalho em grupo. Além de ser uma experiência formadora que eles poderão levar para outros espaços, garantir processos participativos é uma maneira de melhorar a relação entre o educador e o grupo, de fazer com que o grupo se reconheça mais nas aulas e no projeto, gerando um importante sentimento de pertencimento e responsabilização pelo que está acontecendo ali. Para que a participação aconteça, o educador pode criar uma rotina em que, ao final de cada aula, os participantes façam uma avaliação do dia, apontando o que mais gostaram, o que não gostaram, o que pode melhorar (atenção: é importante tentar incorporar as demandas e sugestões dos jovens, para que a participação faça sentido!). Também é possível construir combinados com o grupo, definindo as regras de convivência naquele espaço, por exemplo.

A construção das regras coletivas possibilita que o grupo sirva também de elemento regulador, auxiliando o cumprimento ou não dos combinados. Mas vale destacar que muitas vezes os jovens são muito rigorosos e é papel do educador mediar os combinados, em conjunto com o grupo.

Atenção!

É muito provável que no início o grupo se sinta mais inibido a participar; por isso cabe ao educador estimular as pessoas a falar, fazendo perguntas e solicitando a opinião de cada um. Para que as pessoas se sintam mais confortáveis para manifestar sua opinião, o educador pode usar a estratégia da roda, em que todo mundo se enxerga e se ouve, ou ainda criar estratégias lúdicas para que eles se expressem por meio da música, da arte, por exemplo, valorizando a linguagem local e simultaneamente ampliando o repertório dos jovens.

Não quebrar a confiança do grupo. A partir do momento em que a confiança foi conquistada, ela precisa ser mantida e cabe ao educador zelar por isso. Assim, é preciso estar ainda mais atento para não quebrar os combinados com o grupo, continuar com uma relação de transparência, explicitando sempre os motivos de suas atitudes, e sempre que possível compartilhar com todos ou com determinado jovem as tomadas de decisões que dizem respeito a problemas coletivos ou individuais. Também é importante ter cuidado com as informações trazidas pelos jovens. Por exemplo, quando alguém compartilhar um problema com o educador, ele não pode tomar nenhuma decisão de encaminhamento sozinho, sendo necessário consultar o jovem (e muitas vezes a família) para juntos chegarem a uma solução que seja a mais adequada. Isso é muito importante, principalmente em situações em que o jovem esteja sendo

vítima de algum tipo de violência. O educador não pode decidir fazer uma denúncia, por exemplo, sem consultar a vítima e seus familiares.

Corresponsabilizar o grupo pelo que acontece no ambiente de aprendizagem. Se os jovens são sujeitos de direitos, eles devem ser tratados como tal, o que significa também que devem fazer parte do projeto não apenas como atendidos, mas como sujeitos que podem e devem contribuir com o que acontece ali – opinando sobre as atividades, cuidando do espaço, construindo as regras de convivência e até discutindo coletivamente as soluções para os problemas que acontecem durante a atividade. Com isso, eles vão percebendo que suas atitudes tem consequências para sua vida, seu desenvolvimento e para o andamento do grupo, o que vale tanto para sua experiência no projeto, quanto para a vida em sociedade.

Não ser omisso. Se um problema acontece em sala de aula, ou se um jovem relata alguma situação que está vivenciando, o educador não pode se omitir, pois assim estará quebrando a relação de confiança que foi estabelecida. Isso não significa que o educador terá que resolver sozinho aquele problema; provavelmente terá que pedir ajuda, mas o importante é escutar o que está sendo trazido e tomar uma atitude, que provavelmente será consultar a família do jovem e outros profissionais da instituição para, juntos, chegarem a uma solução.

3.3 A postura do educador diante de cada jovem

Como já mencionamos, hoje ainda é muito forte a visão do jovem como um problema e da juventude como um período de risco. Quando se trata de jovens moradores de locais que concentram situações de violência, essa situação se agrava ainda mais, pois, além dos estigmas sobre sua condição etária, eles carregam os estereótipos sobre sua condição social, o que acaba afetando sua autoestima. O educador precisa estar atento para não reforçar os estigmas da sociedade sobre o jovem e também ter sensibilidade para tentar, com o jovem, desconstruí-los.

Não revitimizar o jovem. Mesmo conhecendo seu histórico de vida, o educador não deve olhar para o jovem e agir com ele somente a partir desse histórico, de algum fato isolado. É preciso um olhar mais amplo, que acredite nas potencialidades de cada um. E às vezes, ao tratar o jovem como um "coitado", ao não responsabilizá-lo por suas ações, ao concordar com todas as suas atitudes, o educador também acaba contribuindo para revitimizá-lo e mantê-lo neste lugar de vítima social, que em nada contribui para seu desenvolvimento.

Atenção!

Responsabilizar não é sinônimo de punir e muito menos de castigar. Responsabilizar significa fazer com que o jovem seja capaz de responder por seus atos, percebendo que há consequências em suas atitudes.

Trabalhar a partir do positivo. Em vez de reforçar no jovem o que ele não tem, o que não sabe, o que falta, é importante que o educador trabalhe a partir do que ele traz de positivo. Muitos educadores já perceberam que os "piores" jovens do grupo, aqueles com mais problemas de indisciplina, são justamente os mais criativos, com perfil de liderança e que mais contribuem com o grupo – mas para que isso aconteça, não podem ficar reforçando o que eles tem de pior. Outra dica é iniciar qualquer crítica com um elogio.

Atenção!

A crítica deve ser em relação ao comportamento do jovem e não a ele como pessoa. Por exemplo, se o jovem for agressivo com um colega, o educador pode dizer: "esse jeito de falar com ele não é legal", mas não "você é sempre tão grosso!".

Não ter medo de questionar, mas fazer isso sem julgamento negativo. O educador deve, sim, questionar os valores e comportamentos dos jovens quando sentir que eles estão simplesmente reproduzindo estereótipos e que aquilo não está contribuindo para seu desenvolvimento (por exemplo, quando o jovem gosta de se apresentar como bandido, porque aprendeu que só assim ele terá algum respeito). Mas nunca deve julgar, dizer isso é errado, isso é feio, não está certo. A postura deve ser questionadora, propondo uma reflexão sobre aquela situação ou atitude, para que juntos construam uma visão e posturas diferentes.

Adaptar as atividades do projeto ao interesse dos jovens. Para que eles se sintam parte do projeto, se engajem e, mais ainda, que as experiências vividas no projeto façam sentido para eles, é preciso que o educador abra espaço para conhecer e ouvir o que os jovens gostam, seus interesses. Isso diz

respeito não só às estratégias – por exemplo, grafite, música, esporte –, mas também às experiências que o projeto pode lhes proporcionar. Por exemplo, se nessa fase de vida estar em grupo é muito importante para o jovem, o projeto pode investir em ações e atividades que promovam o fazer junto, o associativismo e a tomada de decisões coletiva, tais como delegar aos jovens a organização de um campeonato, festival ou seminário, envolvê-los na organização das atividades de encerramento do projeto, entre outras.

Ter claro qual é o seu lugar. Às vezes o educador, para criar vínculos com o grupo e até desenvolver melhor as atividades, se coloca como um par, como um igual, um brother. Isso gera confusão de papéis e pode prejudicar a legitimidade e a autoridade do educador. É claro que é possível e até recomendável se apropriar de gírias e demonstrar interesse pelo universo juvenil, mas há limites para isso. Educadores precisam se portar como educadores, em todas as situações.

3.4 A construção de um ambiente seguro

O educador que atua em contextos de violência deve contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem seguros e a prevenção de situações extremas de violência naquele espaço. É claro que isso não é garantia de que alguma situação mais grave não ocorra, mas cria um ambiente menos propício a esses problemas e onde é possível resolver as questões de outras formas, diferentes daquelas a que os garotos estão acostumados em suas casas, na escola, na comunidade. Nesse sentido, vale:

Construir combinados com o grupo. Isso significa estabelecer, juntamente com os jovens, algumas regras de convivência naquele espaço. Cada um tem interesses, visões de mundo, sonhos e vontades diferentes, que precisam ser respeitados. Entretanto, quando se pensa no grupo, é preciso superar as individualidades e olhar para o que é importante para todos. O que gostaríamos de garantir em nossa convivência? O que precisamos mudar para viver melhor? Nesse processo, os jovens (e os educadores) exercitam a negociação, o que pressupõe respeitar o outro, ouvir, argumentar e encontrar soluções maiores do que simplesmente ganhar uma discussão. Esse processo permite que os jovens vivenciem outras formas de se relacionar em grupo, aprender a reconhecer e defender seus interesses, argumentar na tentativa de convencer os divergentes e ceder quando for convencido ou quando o grupo optar por outra opção. Mas os combinados tem outra importância e função: ao serem construídos coletivamente, os jovens passam a ser corresponsáveis por aquele espaço e pelas relações que ali acontecem, e os combinados podem ser retomados toda vez que houver conflitos de interesses. Os combinados podem tratar desde pontos básicos –horário das atividades, tolerância para atrasos – até questões mais comple-

xas, como a forma que serão abordados os conflitos (por meio da força? Do diálogo?). Em alguns projetos, os educadores costumam escrever esses combinados e deixá-los afixados no espaço da atividade. Sempre que um combinado for quebrado, o educador precisa retomar com o grupo as regras e pode até questionar se aquela regra ainda faz sentido.

Não abrir mão de certos valores e regras. Algumas coisas podem ser inegociáveis, de acordo com os princípios e valores do projeto, tais como não frequentar o projeto portando uma arma, não participar das aulas sob efeito de drogas ou álcool, não levar produto de roubo, etc. Mas, mesmo que sejam inegociáveis, elas precisam ser compartilhadas com o grupo e o educador deve explicitar porque não se pode abrir mão delas. O educador também deve estar aberto para algumas regras que podem ser inegociáveis para o jovem: por exemplo, não ser chamado por tal apelido.

Pautar-se sempre pela legalidade. Mesmo quando falta clareza sobre os princípios do projeto, o educador pode (e deve) se pautar pela legalidade na hora de tomar decisões, principalmente quando há conflitos sobre o que pode e o que não pode fazer no ambiente do projeto. Em última análise, deve sempre prevalecer o que diz a lei, e o educador não pode ser flexível com relação a isso. Por exemplo, como é ilegal fumar maconha, o educador não pode ser permissivo caso alguém esteja fumando no projeto. Mas não adianta só dizer que não pode fumar maconha porque a lei proíbe: é preciso mostrar que pode haver consequências para aquele ato.

Atenção!

O educador não é um policial e não deve exercer essa função. Isso não significa que o educador não deva agir frente a uma situação complexa e até mesmo ilegal; mas sim que ele pode atuar de uma maneira diferente. Por exemplo, se um jovem estiver fumando maconha no projeto, não é papel do educador levá-lo até a delegacia; sua função é conversar, dizer que ali não pode, discutir a situação com o grupo...

Estar atento ao clima do grupo e perceber quando há algo errado. Essa é uma habilidade que o educador vai desenvolvendo conforme aumenta sua experiência profissional e também à medida que conhece mais o grupo. É preciso prestar atenção no clima, se o grupo está se comportando de forma diferente, e conversar com os jovens para entender o que está acontecendo.

Trazer o grupo para a resolução dos problemas. O grupo, assim como é responsabilizado pelo que ocorre ali quando constrói os combinados, também deve responder pela quebra de algum combinado, ou quando acontece alguma situação-limite. Isso pode se dar na roda final de avaliação da aula, por exemplo. Em alguns casos, o educador pode ainda decidir parar a atividade e fazer uma discussão coletiva sobre aquela situação. No próximo capítulo trataremos dessas questões com mais profundidade.

Propor maneiras diferentes de resolver conflitos. O conflito faz parte da vida em sociedade, afinal, as pessoas tem interesses, desejos e expectativas diferentes, que precisam ser constantemente negociados. O negativo nos conflitos é a forma como eles podem ser resolvidos (pela força, pela violência) e não a sua existência. Assim, cabe ao educador agir não para aniquilar os conflitos, mas sim para estimular o grupo ou os envolvidos no conflito para que possam experimentar formas diferentes de resolvê-lo: o diálogo, a escuta do outro, a negociação.

Ter postura mediadora. O papel do educador não é apontar as soluções para um conflito quando ele surge, mas sim intermediar as relações, trazer as partes em conflito para a conversa, estimular o diálogo e a discussão, fazendo com que elas se responsabilizem pela solução. Para isso, é muito importante, antes de tudo, ser imparcial! Além disso, é preciso conseguir ler a situação, resgatar e apresentar os argumentos dos envolvidos no conflito, encaminhar o diálogo e, em alguns casos, sugerir algum caminho para solucionar o conflito.

Fortalecer a cultura de paz. Ela é um contraponto à cultura da violência que permeia a forma como as pessoas se relacionam, como deixam de ouvir o outro, como tentam impor seus interesses acima do bem comum e como usam desnecessariamente a força e a violência. O educador pode fortalecer a cultura de paz ao valorizar e estimular a diversidade e a convivência entre diferentes (garotos e garotas, tribos diferentes, moradores de comunidades diferentes). Para isso, podem ser criadas ações, em sala de aula, que integrem os gêneros, as tribos, os grupos rivais, sempre respeitando o contexto local. Por exemplo, em uma comunidade onde há diversas facções disputando territórios e quem mora em uma localidade não pode circular para a outra, os educadores do projeto podem propor uma atividade em que os jovens de todas as comunidades rivais se encontram, tais como um seminário organizado por eles fora daquele território. Outra maneira de estimular a cultura de paz é desvalorizar a violência como forma de se expressar e se colocar socialmente, estimulando a comunicação não violenta. Isso pode ser feito cotidianamente, por meio do questionamento de posturas e atitudes violentas, para marcar com o grupo que a violência não é legal.

3.5 A importância da família

Quando se pensa em ações voltadas para adolescentes e jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade à violência, é preciso considerar a forma de envolver a família e a comunidade (sobretudo a rede de proteção) nesse processo. Em primeiro lugar, porque ninguém vive isolado, nossa vida e nossas relações acontecem em determinados ambientes, junto a certas pessoas e grupos, sendo que muitas de nossas atitudes decorrem destas experiências. Assim, na maioria dos casos, os comportamentos dos jovens no projeto são reflexos do que eles vivem e aprendem fora dali, de suas referências em casa e na comunidade. Por isso, conhecer a dinâmica familiar dos participantes do projeto facilita a compreensão de muitas ações e posturas e possibilita ao educador pensar em maneiras mais eficazes de acessar os adolescentes e jovens.

A família também tem papel fundamental porque deve ser acionada e envolvida quando for preciso acionar a rede de proteção para encaminhar situações mais graves. Aliás, é importante frisar que a família deve ser acionada sempre! No caso de garotos e garotas cumprindo medidas socioeducativas, a aproximação com a família é não apenas necessária, como também obrigatória! Mas, mesmo em outras situações, é essencial tentar trazer a família para perto do jovem. Para isso, o educador (e todos os outros profissionais da instituição) deve estar atento a dois pontos.

O primeiro refere-se a um desafio que deve ser superado quando se trabalha a família em contextos violentos: a visão recorrente de que "o problema é a família desestruturada", que não corresponde mais aos modelos de 30, 40 anos atrás. É preciso estar atento a essas mudanças e conseguir trabalhar a ideia de família a partir de uma visão mais adequada à realidade atual. Afinal, já foi o tempo em que a definição de família se resumia às relações de consanguinidade. Aliás, na prática, os laços de afetividade sempre se impuseram aos de consanguinidade, a ponto de chamarmos de tia, avó, irmão aquelas pessoas que amamos e que não necessariamente tem algum grau de parentesco conosco.

A composição das famílias também apresenta uma multiplicidade que precisa ser considerada. Hoje, grande parte dos grupos familiares é chefiada por mulheres, havendo ainda pais solteiros que criam seus filhos, casais homossexuais, filhos de casamentos diferentes co-habitando a mesma moradia, entre vários outros tipos de arranjos familiares. Além disso, hoje em dia os próprios jovens constituem famílias, que também apresentam essas características. O importante, mesmo, é reconhecê-las. Isso ajuda a superar a ideia de família desestruturada em oposição à visão de família ideal formada por pai provedor, mãe cuidadora, filhos obedientes, casa arrumada, harmonia absoluta.

Para o jovem, nem sempre é tranquilo pertencer a uma família que não responda a esse ideal, ainda que ninguém tenha uma família perfeita. Cabe ao educador não ignorar esse assunto. No

entanto, é preciso ser cuidadoso para não impor valores pessoais como verdadeiros para todos. Ouvir o jovem, ajudá-lo a contar sua história familiar, ir descobrindo que relações regem esse grupo e quais as expectativas que tem em relação a ele é um bom começo!

Outro ponto a ser considerado é o histórico de muitas famílias nessas comunidades. São pais e mães que muitas vezes tiveram que abdicar, muito cedo, de sua juventude, para assumir papéis e responsabilidades de adultos: trabalhar, casar, criar filhos e sustentar um lar. Por causa disso, muitos pais tem dificuldades em entender e se aproximar de seus filhos, pois não compreendem a linguagem, os desejos, as questões dessa fase da vida. Não se trata somente de um conflito de gerações, mas sim do fato de que muitos pais nem puderam ser jovens, o que faz com que cobrem de seus filhos atitudes de adultos, quando muitas vezes eles não estão prontos para isso, e nem conseguem ajudá-los a se formar, pois tiveram que aprender a ser "gente grande na marra". Assim, os pais ora assumem diante dos filhos uma postura bastante rígida, conservadora, pouco afetuosa e até violenta (provavelmente reproduzindo o comportamento de seus próprios pais), ora abdicam de seu dever de apoiar e educar os filhos, pois não se sentem preparados para isso.

Essas atitudes tem reflexos diretos na maneira de os jovens se relacionarem, se comportarem, em sua visão de mundo e autoestima. Assim, é importante reconhecer que a família exerce forte influência sobre os jovens, bem como trabalhar para, quando possível, apresentar aos jovens outras referências, outros modos de ser, de conviver, de se enxergar e se colocar no mundo. Além disso, o educador pode ter mais condições do que as famílias de entender os "pedidos de socorro" dos adolescentes e jovens – por estar mais familiarizado com seu universo e até por ter conseguido estabelecer uma relação de proximidade que os jovens não tem em casa.

Atenção!

Apesar de muitas vezes aparecer para os educadores situações de conflito entre o jovem e seus familiares, não é papel do educador mediar nem solucionar esse tipo de problema. O educador pode e deve acolher e escutar o jovem , procurando pensar, juntamente com a equipe técnica do projeto, os encaminhamentos mais adequados.

3.6 Como aproximar a família do projeto?

Existem muitas formas de aproximar as famílias (quaisquer que sejam suas configurações) do projeto. Aqui, apresentamos algumas sugestões, que podem ser pensadas e implementadas pelos educadores e a coordenação do projeto.

- **Criar um grupo de familiares voluntários que ajudem o projeto de alguma maneira.** Para isso, a instituição e os educadores podem identificar as demandas existentes e conversar com os familiares para saber quem está interessado em participar e como podem contribuir.
- **Convidar os familiares para participarem das atividades** realizadas pelos seus filhos no projeto – por exemplo, organizar uma atividade de grafitti para os pais. Uma boa ideia pode ser colocar os jovens como educadores dos familiares nestas atividades.
- **Oferecer terapia comunitária**, como um espaço de conversa e troca dos familiares sobre as dificuldades que sentem em relação aos adolescentes e jovens ou outras questões.
- **Criar um espaço de encontro dos familiares**, conduzido por um educador ou outra pessoa do projeto – por exemplo, uma reunião bimestral, um café da manhã para as famílias, etc.
- **Abrir a possibilidade de fazer encontros temáticos de formação dos familiares** para que se sintam mais preparados para lidar com os adolescentes e jovens – por exemplo, se sentem dificuldade em tratar de assuntos como drogas e sexualidade com os filhos, oferecer uma palestra para que os familiares se informem e debatam o assunto pode ser uma estratégia interessante.

3.7 A importância da comunidade

Tendo em vista que o trabalho com o jovem deve envolver as dimensões individual, familiar e comunitária e que nenhuma instituição, sozinha, dará conta de resolver os problemas de todos esses âmbitos, ganha força a rede de apoio local.

Todo projeto é desenvolvido em um determinado território, bairro, comunidade, onde existe uma série de instituições e serviços governamentais e não governamentais, sendo que alguns funcionam bem e outros não. É fundamental que o educador conheça todas essas instituições e serviços. No entanto, é preciso ter clareza que a principal função do educador é ser um educador e, portanto, mapear a rede, criar vínculos, participar de fóruns e outros espaços comunitários não deve ser atribuição exclusiva dos educadores – a não ser que isso não consuma demais seu tempo, a ponto de prejudicar seu trabalho com o grupo. O ideal é que os gestores da instituição façam esse mapeamento e estabeleçam os vínculos necessários e que, cotidianamente, técnicos da instituição (psicólogos e assistentes sociais, por exemplo) estejam próximos à rede. No Capítulo 5, apresentamos sugestões sobre o mapeamento e a aproximação com a rede.

4. Como lidar com situações-limite?

No seu dia-a-dia de trabalho, o educador se depara com situações-limite, nas quais conflitos e violências eclodem durante a atividade ou no espaço do projeto, impondo a necessidade de uma reação imediata de sua parte. Tais situações são mais frequentes quando o trabalho é desenvolvido em contextos vulneráveis com alta concentração de violência.

Esses são momentos que colocam o educador em cheque e para os quais não há respostas prontas, tampouco um passo-a-passo definido para lidar com cada um deles. Ainda assim, é possível orientar o educador e dar suporte para que ele tenha melhores condições de lidar com tais situações e encaminhá-las da melhor maneira para os envolvidos.

Quando falamos de situações-limite, nos referimos aos casos mais graves vivenciados nos projetos, como um jovem chegar sob o efeito de álcool ou outras drogas, alguém chegar armado ou ameaçando o grupo, um jovem levar produto de roubo para o projeto, entre outros. Também consideramos situações-limite aquelas que acontecem fora do projeto, mas que são trazidas pelo jovem e que demandam algum tipo de atitude do educador ou da instituição – por exemplo, o jovem sofrer violência doméstica, sexual, policial, etc.

Embora tais situações não sejam a regra, é importante que o educador esteja preparado para lidar com elas, devendo:

- tomar decisões em situações de urgência;
- não colocar em risco a sua vida e a dos demais jovens com quem trabalha;
- ter repertório, tranquilidade e segurança para trabalhar com os jovens os fatos ocorridos, discutindo os problemas vividos sob uma perspectiva pedagógica;
- reconhecer suas limitações e recorrer à instituição quando viver alguma situação-limite, seja antes, durante ou depois delas acontecerem.

4.1 Como agir quando acontece uma situação-limite?

A partir de entrevistas e conversas com educadores e gestores de projetos que atuam em contextos violentos, elaboramos algumas recomendações que podem ajudar o educador na hora de tomar decisões. Apesar de termos coletado muitos relatos sobre como cada profissional se portou diante de situações-limite, acreditamos que a melhor forma de auxiliar os educadores é, em vez de descrever acontecimentos específicos, apontar recomendações genéricas, que podem ser aplicadas a qualquer caso e ajudar na tomada de decisões.

Ser coerente com os princípios e valores do projeto/ instituição. Para tomar as melhores decisões em situações-limite, o educador precisa conhecer os princípios básicos do projeto e/ou instituição para o qual trabalha e ser coerente com eles. Por exemplo, em um projeto de prevenção da violência, alguns princípios podem ser os seguintes: valorização do diálogo e de formas pacíficas para resolver conflitos; respeito à lei; valorização do jovem como sujeito de direitos.
Se, por exemplo, começar uma discussão com ofensas e xingamentos entre dois jovens, o educador poderá recorrer ao diálogo e a uma dinâmica de conversa, em que cada um exponha os motivos que o levaram àquela situação, de forma a mediar o conflito. Se um jovem aparece portando um objeto ilícito, o educador saberá que aquilo não é aceitável pelo projeto e poderá pedir para que o objeto seja retirado e depois trabalhar o tema da legalidade e ilegalidade dentro do projeto.

Trabalhar pedagogicamente a situação-limite. Um ponto crucial e desafiador para o educador é a importância de transformar as situações-limite vivenciadas em um processo reflexivo e pedagógico. Isso significa que, se acontecer algum caso de violência durante as atividades, se alguém quebrar um combinado e colocar em risco a segurança do grupo, tal fato deve ser trabalhado com todos, a partir da conversa e da reflexão. A própria maneira como o educador conduz a situação (provavelmente de uma forma diferente da que acontece em suas casas e na comunidade) constitui um importante aprendizado para os jovens, que percebem que é possível lidar com as situações de violência sem recorrer à força física, à agressão verbal ou a outros recursos mais extremos.

Atenção!

Em um projeto, ocorreu uma briga entre dois jovens durante as atividades. O educador, ao apartar a briga, acabou levando um soco. Quando todos estavam mais calmos, os dois jovens, o educador, outra educadora e a coordenadora do projeto sentaram para conversar sobre o que tinha acontecido. O educador que apanhou disse a eles que estava ali justamente para dizer que, mesmo tendo apanhado, ele não revidaria e iria resolver a situação na conversa, ao contrário do que acontecia ali no bairro. Tratava-se de uma forma de mostrar aos jovens que era possível fazer diferente.

Independente da situação, é importante que o educador tenha clareza sobre a mensagem que pretende passar para o grupo, as reflexões que pode propor e o que todos poderão aprender com o ocorrido. E, acima de tudo, que a intenção do projeto é justamente ser transformador; portanto, nada de repetir

atitudes e fórmulas recorrentes em outros espaços. Por exemplo, se um colega rouba o boné do outro, vale chamar a polícia, gritar com os envolvidos, revistar as mochilas de todos, como aconteceria fora do projeto? Ou será que não é melhor pensar em outras formas de fazer com que a pessoa que roubou o boné se responsabilize pelo ato, perceba as conseqüências e até possa reparar seu dano?

Dependendo da situação, o trabalho pedagógico pode ser feito logo após o ocorrido – quando o educador chama todos para conversarem se é legal ter uma briga durante a atividade, por exemplo – ou então em outro momento, quando os ânimos já estiverem apaziguados. Nem sempre, como veremos a seguir, o educador deve trabalhar tudo no coletivo – em alguns casos, é necessário fazer uma conversa somente com os envolvidos na situação e depois trabalhar o acontecimento com o grupo, resgatando o combinado, avaliando o que aconteceu e propondo que pensem em outras formas de resolver a questão.

Outra situação pode ocorrer quando o educador propõe uma discussão sobre um tema específico, como uso ou tráfico de drogas ou violência doméstica, por exemplo, e um jovem declara que faz parte de uma gangue ou que é vítima de violência doméstica. Se isso ocorre no grupo, o educador precisará ser capaz de seguir com o debate, procurando despersonalizá-lo, em vez de abordar o tema dizendo "no caso de fulano, que passa por tal e tal problema...", tentando trabalhar de maneira mais genérica, de forma a expor menos o jovem: "em situações que ocorram tal e tal problema...". Depois, individualmente, deve procurar entender o que ocorre e trabalhar o problema, sempre com o apoio da instituição.

O importante é não deixar de trabalhar essas situações-limite com o grupo. É claro que o educador precisará sempre avaliar a melhor forma de fazer esse trabalho, de maneira a não se colocar em risco e muito menos o grupo. E se ele não souber o melhor caminho para abordar a situação, será fundamental envolver a instituição na qual atua, pedindo ajuda e utilizando os espaços de discussão e supervisão.

Atenção!

O educador deve ter claro que ele conta (ou deve contar...) com apoio institucional. Se ele está ali fazendo um trabalho com um grupo de jovens, é porque faz parte de um projeto desenvolvido por uma instituição. Como o trabalho em contextos de violência não se trata de algo simples, é importante que a instituição ofereça ao educador espaço de apoio ao qual ele possa recorrer quando precisar de ajuda para tomar decisões, encaminhar casos e refletir sobre situações que tenha vivido. É claro que, no calor da situação, muitas vezes é o educador que, sozinho, terá que decidir como fazer, mas é fundamental saber a quem recorrer em sua instituição tão logo tenha oportunidade.

Ter cuidado com o tom e a mensagem. É preciso muito cuidado com o tom da conversa com os envolvidos na situação-limite. É claro que eles precisam perceber o que fizeram de errado e as consequências de seus atos, mas há muitas maneiras de se fazer isso, que geram efeitos diversos. Dependendo da forma como o educador se porta, como fala e o que fala, o jovem poderá se sentir excluído (chegando até a abandonar o projeto), poderá achar que a conversa do educador não faz sentido (é apenas mais um sermão entre os tantos que ouve em casa), poderá ignorar a situação, ou então escutará o educador, pensará no que aconteceu e se abrirá para que a situação seja resolvida da melhor maneira. Dessas possibilidades, obviamente a última é a mais desejada e, para isso, é preciso que o educador e a equipe adotem um tom acolhedor, para "desarmar" o jovem, acessá-lo e ter chance de trabalhar aquela situação com ele. Mas atenção: acolher não significa passar a mão na cabeça e dizer que está tudo bem. Significa reforçar o quanto o jovem é importante para o projeto, o quanto as pessoas ali gostam dele e contam com ele, o quanto ele é respeitado pelo educador e pelo grupo, e fazer perguntas para entender porque ele agiu de tal maneira, o que está acontecendo.

Expor, estigmatizar, ironizar, culpar o jovem na frente dos outros são estratégias que não funcionam e só o afastam do projeto e de qualquer possibilidade de diálogo e de transformação. Isso vale para diversas situações: quando há uma briga, chamar os envolvidos para conversar em outra sala; se a polícia entra no projeto para revistar ou prender alguém, levar todos para um espaço reservado, para preservar os envolvidos; se alguém no grupo furta algo de um colega e o educador sabe quem foi, conversar individualmente; se um jovem foi vítima de violência, evitar especulações sobre o caso e fazer o possível para preservar a vítima.

Assim não!

Durante uma atividade, um garoto roubou o celular de um colega. O grupo não viu quem pegou o celular, mas o educador logo percebeu quem era. Quando a atividade terminou, ele deixou o garoto ir embora e, então, pediu a outro participante que fosse à casa do "ladrão" buscar o celular de volta. Ou seja, o educador expôs o garoto perante o grupo e ainda colocou em risco a segurança do colega que deveria resgatar o celular! Seria muito mais adequado fazer uma conversa com todos sobre como não é legal roubar, quais os riscos e as consequências quando se rouba alguém, e oferecer uma chance para quem roubou devolver anonimamente o celular – por exemplo, definindo um lugar (uma sala, uma caixa) por onde todos passariam e quem pegou o celular poderia devolvê-lo sem ser identificado. Caso ninguém devolvesse o celular, ele poderia então pensar numa punição: cancelar a excursão, suspender as atividades até o celular reaparecer, etc. E se o educador realmente tivesse certeza sobre quem pegou o celular, poderia, depois, conversar a sós com o garoto, mas num tom acolhedor, não acusatório.

Assim não!

Uma garota chegou bêbada ao projeto algumas vezes. O educador, irritado, resolveu conversar com ela: "se é para aparecer assim, é melhor que você não venha, volte quando estiver melhor". E ela nunca mais voltou.
O mais recomendado teria sido acolhê-la e conversar com ela em outro tom.

Avaliar os riscos e a gravidade da situação. Por exemplo, se alguém chega armado, se está muito agressivo, está oferecendo riscos à segurança do grupo, é melhor terminar a atividade, dispensar a turma (explicando porque está fazendo isso) e voltar a conversar com a pessoa depois, em outra situação em que ela esteja mais calma ou desarmada.
Se acontecer uma briga, com agressão física, durante as atividades, o educador pode tentar apartá-la, mas deve saber que a chance de se machucar é grande. Mas em alguns casos, se a contenção física for a única saída, o educador pode apartar e, se tiver chance, é aconselhável chamar algum colega.

Assim não!

Uma educadora presenciou uma abordagem policial em frente à instituição. Os abordados eram todos jovens do projeto. Indignada, ela chegou por trás do policial, perguntando: "o que está acontecendo"? Ou seja, ela colocou em risco a sua segurança e a dos rapazes, pois chegou de surpresa, questionando um policial que estava tenso e armado. E pior: questionou sua autoridade, o que gerou problemas de relacionamento entre a polícia e o projeto por alguns anos. O mais recomendável, quando um educador presenciar uma abordagem policial, é se apresentar aos policiais, dizer que trabalha no projeto, se colocar à disposição para ajudar, mas nunca questionar a autoridade nem colocar a segurança de ninguém em risco. Se achar que a polícia está sendo abusiva, pode acompanhar toda a abordagem (geralmente isso já inibe os policiais) e, juntamente com a instituição, acionar os mecanismos formais de denúncia.

Entender o que está por trás daquela situação. Muitos acontecimentos são, na verdade, a "ponta do iceberg", e o educador precisa ter sensibilidade para perceber o que pode estar por trás de determinada situação. Ter vínculo com os jovens facilita essa leitura, pois o educador pode se aproximar, fazer algumas perguntas para tentar entender melhor o que se passa. Por exemplo, se alguém chega ao projeto sob efeito de álcool ou drogas, o que pode estar acontecendo? Trata-se de um caso de vício, é um acontecimento isolado ou recorrente, ou pode ser um pedido de socorro? Nessas situações, é desejável que o educador não impeça que o jovem fique naquele espaço e até participe da atividade (a não ser que ele possa se machucar), ou o convide para assistir o grupo. Terminada a atividade, podem conversar a sós sobre o que está acontecendo, se o jovem quer ajuda, se precisa de algum apoio para voltar para casa (nesse caso, o educador pode pedir o contato de algum amigo ou mesmo familiar).

Assim não!

O funcionário de um projeto ficou sabendo que, no espaço da instituição, uma garota de 12 anos estava tendo relações sexuais com vários garotos ao mesmo tempo. Decidiu chamar a polícia para que tirassem a garota e os meninos daquele espaço, pois aquilo poderia comprometer a imagem do projeto. Ou seja, ele empurrou o problema para outro lugar, sem procurar entender quem era aquela menina e porque estava acontecendo uma situação grave como aquela. O ideal teria sido procurar algum técnico do projeto que pudesse ir conversar com a garota, saber de onde era, conhecer um pouco seu histórico; quem eram os meninos, qual a relação deles com ela, e acionar a família, não a polícia.

Outra situação, por exemplo, é aquela em que o jovem chega desesperado e conta que está devendo dinheiro para o tráfico. Sua necessidade no curto prazo é conseguir o dinheiro, mas será que ele não precisa também de proteção, já que pode estar sendo ameaçado? Nesses casos, é recomendável não dar o dinheiro, mas pensar juntamente com o jovem, a equipe técnica do projeto e sua família como sair daquela situação: se há meios de conseguir o dinheiro, ou como conseguir alguma proteção (ser abrigado, por exemplo).

Assim não!

Um educador contou a seus supervisores que estava muito preocupado com um garoto que devia dinheiro para o tráfico. Ele queria emprestar dinheiro ao garoto e foi proibido de fazer isso. A instituição disse que nesses casos não poderia fazer nada. E todos ficaram aliviados quando, por sorte, o garoto conseguiu fazer um "bico" e arranjar o dinheiro. Ou seja, a instituição fez certo ao reconhecer os limites do educador, mas poderia ter pensado em outras soluções: chamar o garoto para uma conversa (se possível juntamente com seus familiares), incluir a assistente social, pensar em como o garoto poderia conseguir o dinheiro ou então como poderia ser protegido das ameaças do tráfico.

Preservar a imagem e a intimidade dos envolvidos. Quando uma situação de violência acontece, dentro ou fora do projeto, é crucial não expor os envolvidos, sejam eles autores ou vítimas. O educador (e outros profissionais da instituição), ao expor o garoto que roubou um boné, o jovem que estapeou o colega, aquele que chegou chapado, só estará contribuindo para estigmatizá-lo e consolidar uma imagem de "mau elemento", que para o garoto até pode ser interessante alimentar (pois é uma forma de se destacar no grupo), mas que nada tem a ver com o propósito do projeto. Esse cuidado deve ir além da sala de aula, devendo estar presente em todo o espaço da instituição. Por exemplo, se alguém se envolve em uma situação realmente grave e a polícia é chamada, o melhor a fazer é levar todos os envolvidos (policiais inclusive) para uma sala reservada, onde a situação possa ser resolvida, mas longe dos olhares e especulações das outras pessoas.

Também as vítimas não devem ser expostas. Em casos menos graves (uma briga entre colegas durante a atividade, por exemplo), se o educador sentir que há clima no grupo, ele pode promover uma conversa com todos do grupo, ou então levar os envolvidos para outro espaço, onde poderão conversar com tranquilidade. Em casos muito graves, a preservação das vítimas é ainda mais importante. Por exemplo, um adolescente que frequentava um projeto foi vítima de violência sexual (fora do projeto) e sofreu tantas agressões que precisou ser hospitalizado. Todos no bairro ficaram sabendo e no projeto todos comentavam o que havia acontecido e especulavam as razões. Os educadores foram instruídos a não negar que o problema ocorreu, dizer que as providências necessárias já haviam sido tomadas e mudar de assunto, para não alimentar mais fofocas. Nesse caso, a coordenação optou por discutir o caso em uma reunião de pais. E quando a vítima volta ao projeto, é preciso que os educadores trabalhem esse retorno com o grupo, conversando antes com todos os participantes sobre como devem se comportar com a vítima.

Discutir o caso com a coordenação e outros profissionais para decidirem sobre o encaminhamento. Não é papel do educador resolver todos os problemas que aparecem. Em alguns casos, outras pessoas precisam ser acionadas: os familiares do jovem, outros profissionais da instituição e até mesmo os gestores. Isso porque o educador tem um tempo, um preparo e um conhecimento limitados, e precisa garantir, antes de tudo, a qualidade de seu trabalho. Outros profissionais podem ter mais condições de avaliar a situação, discutir a solução mais adequada, pensar em como envolver a família e acompanhar o encaminhamento do caso à rede.

Assim não!

Dois garotos brigaram em um projeto. O educador, muito preocupado com a situação, conversou com eles e decidiu que o melhor a fazer seria internar um dos meninos na clínica de um pastor que ele conhecia, pois ele estava precisando de orientações espirituais. Ou seja, ele tomou uma decisão baseada em seus valores e não em critérios técnicos, excluindo o jovem e seus familiares dessa decisão. O melhor a fazer seria contatar a assistente social do projeto e pedir para que ela conversasse com o garoto e seus familiares, para entender a situação e qual seria o melhor encaminhamento.

5. Recomendações às instituições e seus gestores

O presente guia foi elaborado para oferecer apoio e orientação aos educadores que atuam em contextos violentos. Ao longo do processo de elaboração do material, no entanto, ficou claro que preparar melhor os educadores é só uma parte de um trabalho que precisa ser mais amplo para dar conta de todos os desafios quando se realiza esse tipo de intervenção. O educador é sem dúvida uma peça central no projeto, pois é quem lida com os adolescentes e jovens, conduz as atividades e impulsiona os processos de empoderamento e transformação do grupo. Mas ele não pode e nem deve estar sozinho nessa empreitada que, como sabemos, apresenta desafios enormes. Por isso, elencamos aqui recomendações às instituições e seus gestores, que certamente fortalecerão a atuação dos educadores na ponta e também contribuirão para a melhoria da instituição em geral.

5.1 Investir em educadores qualificados

O trabalho realizado pelos educadores é difícil e desafiador em muitos momentos e demanda preparação para lidar com diversas situações. Esse preparo depende não apenas de características pessoais e da experiência de cada um, mas também de recursos oferecidos pela instituição para qualificar o trabalho de sua equipe. A seguir, apontamos alguns aspectos que a instituição deve considerar.

- **Composição da equipe:** da mesma forma que não adianta contratar bons profissionais se a instituição não investe continuamente em sua formação, também não é produtivo investir continuamente (e excessivamente) na formação de profissionais pouco preparados. Por isso, a preocupação com a qualidade dos educadores deve estar presente desde o momento da composição da equipe. É preciso atentar para o histórico e a experiência profissional, assim como para algumas características que podem ajudar o educador no dia-a-dia: ter flexibilidade, saber trabalhar em grupo, saber pedir ajuda, não ter preconceitos e ter disposição e condições de estabelecer vínculos com adolescentes e jovens. A instituição também pode levantar quais outros aspectos gostaria de ver em seus educadores a partir de seus princípios e objetivos de atuação. Aliás, quanto mais claras e organizadas estiverem essas características para a instituição, mais fácil fica o processo de contratação, formação e avaliação dos profissionais. Em muitas instituições, percebemos o dilema, na hora de contratar, em optar por pessoas que moram naquela comunidade (ou em realidades similares) ou por pessoas com outras origens sociais. É ainda muito forte a crença de que educadores que vivem nas comunidades tem mais facilidade para entender as dinâmicas locais, se aproximar dos jovens e lidar com situações-limite. Mas isso precisa ser relativizado: por um lado, estes profissionais podem acabar reproduzindo valores e visões daquela comunidade e trabalhando com eles como se fossem inexoráveis; por outro, profissionais que vêm de outros lugares podem ter mais capacidade para propor outros olhares e novas formas de atuar. Portanto, é mais importante conseguir combinar estes perfis, contratando pessoas que tem habilidade para lidar com as situações e realizar um trabalho pedagógico transformador, do que usar a origem dos educadores como único critério de contratação. Mais do que recomendada, a atuação em dupla é uma necessidade, pois qualifica o trabalho na medida em que oferece olhares diferentes sobre a mesma situação, compreensões diversas sobre os fatos e apoio mútuo entre os educadores. A composição da dupla pode representar um salto qualitativo se puder ser mista, formada por educadores de ambos os sexos. Esse arranjo facilita a inserção na comunidade e o contato com os jovens, que podem escolher, dependendo do assunto, com quem querem falar. Institucionalmente, a atuação em dupla garante a continuidade do trabalho e uma figura de referência para o jovem no caso de uma das pessoas deixar a organização.
- **Capacitação da equipe:** ela é essencial e pode se dar de diversas maneiras, constantemente, devendo ser planejada pela instituição para ocorrer tanto interna como externamen-

te. Educadores ouvidos para elaboração deste material apontaram a importância de um processo formativo organizado, planejado, que acontece sempre que novos profissionais chegam à instituição – por meio da leitura de materiais produzidos e conversas com a coordenação, por exemplo – e, periodicamente, como um momento de reflexão aprofundada, contando com a participação de especialistas. Também mencionaram que as reuniões de equipe e os momentos de troca entre educadores constituem boas oportunidades de formação. As experiências, aprendizagens cotidianas, reflexivas, criativas e práticas merecem ser compartilhadas e discutidas com pessoas de outras organizações, que atuam com a mesma questão – juventude em situação de violência – tanto como educadores sociais quanto por meio de pesquisas, produção de conhecimento acadêmico ou militância política. Assim, a instituição deve estimular e facilitar a participação de seus profissionais em fóruns e congressos, financiando e instigando o registro do trabalho. Essa é uma maneira de disseminar o conhecimento produzido, aprender com outras experiências, discutir questões polêmicas e, também, articular parcerias.

5.2 Apoiar os profissionais

O apoio institucional deve perpassar todo o projeto, em todos os momentos e decisões, desde a gestão até a ponta, o contato direto com os jovens, o planejamento das atividades, o registro das ações, os contatos com outras instituições, os momentos de crise. Essa presença legitima e fortalece o trabalho do educador, bem como sua responsabilidade e liberdade para tomar decisões, além de estimular sua criatividade.

Esse apoio se concretiza, por exemplo, nas reuniões de equipe, sistemáticas e periódicas (preferencialmente semanais), que constituem o lugar privilegiado para acompanhamento do trabalho e disseminação das informações e experiências entre os profissionais da equipe. Os educadores e coordenador, reunidos, discutem as ações cotidianas, planejam ações que terão curso em curto prazo, verificam se os objetivos do trabalho estão sendo alcançados, avaliam as atividades realizadas. A coordenação do projeto tem um papel fundamental nas reuniões de equipe, garantindo um clima de responsabilidade e confiança, em que cada um se engaje mais no trabalho ao mesmo tempo em que conte com um espaço de acolhimento para suas dúvidas, deslizes, ousadias e criatividade.

Também importante é a supervisão da equipe, pois, além de ser espaço de acolhimento das angústias dos profissionais, ajuda a relativizar olhares, ver sob outros prismas, amadurecer a relação entre a prática e o discurso institucional e compreender a lógica da instituição. Geralmente, ela é oferecida por um profissional que não pertence ao corpo fixo de profissionais da instituição, o que facilita a exposição de atitudes consideradas errôneas, inseguranças ou bloqueios em relação a situações vividas no trabalho

sem o receio de ser avaliado negativamente. Pode ser realizada em vários âmbitos (por equipes ou com toda a instituição), com periodicidade que varia de acordo com a proposta de trabalho e com as concepções da instituição. Há modelos em que se requisita a supervisão em momentos específicos de crise e há aqueles que mantem esse espaço permanente na organização. Em outros casos, essa supervisão é realizada pela coordenação do projeto e pode acontecer nas reuniões de equipe.

Já a escuta individual pode ser uma alternativa oferecida pelo coordenador em momentos em que os educadores demandam uma atenção e não conseguem compartilhar suas angústias com toda a equipe.

5.3 Garantir o alinhamento institucional

É muito importante que a equipe toda se sinta parte da instituição e perceba como seu trabalho está contribuindo para que a instituição cumpra seus objetivos e metas, e como estes objetivos influenciam suas decisões cotidianas.

Nesse sentido, muitos educadores apontaram a importância de conhecer os princípios e valores da instituição e, mais do que isso, ter alguma formação sobre como estes valores e princípios se traduzem na prática. Promover reuniões pontuais para discutir estes princípios ou trocar experiências sobre situações em se recorreu aos princípios é uma estratégia que pode contribuir para que os profissionais se sintam mais familiarizados e empoderados sobre a visão da instituição.

Muitos educadores também relataram a diferença que sentem em seu trabalho quando a instituição compartilha seu planejamento com a equipe. Essa é uma maneira de fazer com que todos conheçam aonde se pretende chegar, percebam como seu trabalho contribui para isso e ressignifiquem suas atitudes e atividades cotidianas.

5.4 Conhecer a comunidade onde atua e estabelecer vínculos com a rede de proteção

Nem a instituição e nem o projeto conseguem dar conta de todos os problemas que envolvem seus atendidos. Por isso, é muito importante conhecer a comunidade, entender os serviços e equipamentos existentes e se aproximar da rede. Aqui, apresentamos um conjunto mínimo de serviços que é importante ser de conhecimento da instituição. O ideal é fazer uma visita a essas organizações, para conhecer melhor os serviços oferecidos, se apresentar, criar um elo inicial que será útil quando for necessário recorrer à rede. A instituição precisa considerar que o projeto também faz parte dessa rede e outras entidades podem precisar acioná-la em situações específicas. Essa reciprocidade é fundamental e, por

isso, é aconselhável também que a instituição procure participar dos fóruns, conselhos e outros espaços de articulação da comunidade.

As instituições e serviços existentes se dividem em áreas temáticas e as mais importantes são as seguintes:

- **Assistência jurídica e defesa de direitos** (para quando for necessário acionar algum órgão voltado para a garantia de direitos, em casos de violência doméstica, por exemplo): Defensoria Pública; seccional ou subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil); Conselho Tutelar; Conselho da Criança e do Adolescente; Conselho de Assistência Social; Conselho da Mulher.
- **Assistência social** (serviços que lidam diariamente com os casos de maior vulnerabilidade social e muitas vezes oferecem atendimento especializado para lidar com situações específicas de violência, com diversos enfoques, como o social e psicológico): Centros de Referência de Ação Social (Cras); Centros de Referência Especializado em Assistência Social (Creas); centros comunitários, de inclusão social ou serviços dessa natureza; projetos específicos voltados para crianças, jovens ou adolescentes.
- **Educação:** muitas vezes a escola na qual os jovens estudam pode oferecer informação e conhecimento importantes sobre eles, além de ser uma referência na comunidade, com educadores e atividades diferenciadas. Conhecer as principais escolas municipais e estaduais do entorno pode significar bons parceiros para o seu trabalho.
- **Polícia:** a relação com os serviços policiais é complexa. Isso porque muitas vezes o educador compartilha a visão dos jovens de que a polícia é violenta e corrupta, o que, em vários casos, se reflete na realidade, já que a violência policial é uma realidade e tem um público preferencial: jovens e negros moradores das periferias. Além disso, muitas vezes os policiais tem pouca habilidade para trabalhar com o público jovem. Assim, a instituição precisa conhecer quem são e o que fazem as diferentes polícias que atuam na região, até porque existe a possibilidade de que elas tenham que ser acionadas em algum momento, como, por exemplo, em uma situação-limite, em que haja risco para todos os envolvidos e que a intervenção policial se faz necessária. A Polícia Militar é responsável por atender as ocorrências mais urgentes e pode ser acionada pelo 190 ou diretamente nas bases onde estejam instaladas. O Corpo de bombeiros também pode ser acionado em caso de acidentes graves, pelo 193. A Polícia Civil é responsável por registrar as ocorrências, investigar e apurar crimes. O atendimento é feito nas Delegacias de Polícia e é regionalizado, ou seja, as delegacias atendem os casos ocorridos na área do Distrito Policial. A Guarda Civil Municipal atua como força complementar e de prevenção da violência e presta atendimento ao público em geral.
- **Saúde:** os serviços públicos de saúde oferecem diferentes níveis de atendimento para pessoas em situação de violência e outras emergências que afetem a saúde da população. Na região, pode haver: Unidades Básicas de Saúde (UBS); Unidades de Saúde da Família (USF); Centro de Atendi-

mento Psicossocial (CAPS); Hospitais; Pronto-Socorros; Centros de Especialidades (mulher, criança e adolescente); Unidades de Saúde Mental.

- **Iniciativas não governamentais:** as entidades da sociedade civil organizada trabalham para o fortalecimento comunitário e a garantia de diretos da população, possuindo, em vários casos, papel fundamental na identificação, acolhimento e encaminhamento da pessoa em situação de violência. Como muitas vezes os serviços governamentais não funcionam da maneira esperada, conhecer a rede informal, formada por associações de bairro, igrejas, creches comunitárias e outras entidades não governamentais, é um caminho para que o educador tenha mais suporte quando for necessário encaminhar um caso ou outro tipo de ajuda.

Para saber mais

Aqui, apresentamos materiais e pesquisas que podem auxiliar os interessados em se aprofundar nos conceitos expostos ao longo deste guia.

Sobre juventude

- AÇÃO EDUCATIVA (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo, 2006.
- CASTRO, J. A. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília, 2008.
- REDE BRASIL ATUAL. Estudo do Ibase mostra como pensa a juventude sul-americana. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2010/08/estudo-do-ibase-mostra-como-pensa-a-juventude-sul-americana>

Sobre o trabalho com adolescentes e jovens

- COSTA, A. C. G. O professor como educador. Salvador, 2001.
- _____. Por uma pedagogia da presença. Brasília: Ministério da Ação Social: Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, 1991.
- DELORS, J. et al. Um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. (Relatório Jacques Delors). Paris: Unesco, 1996.
- FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA. Histórias reais. São Paulo, 2003.
- GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social de rua. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- ISAAC, A. Uma metodologia para formação de jovens pesquisadores: observatório de jovens Real Panorama da comunidade. São Paulo: Instituto Cidadania Empresarial/Projeto Casulo, 2005.
- LOMONACO, B. P. et al. Mundo jovem: desafios e possibilidades – uma proposta de trabalho com adolescentes. São Paulo: Fundação Tide Setúbal, 2008.
- PROJETO CASULO (Org.). Uma metodologia para formação de jovens pesquisadores: observatório de jovens – real panorama da comunidade. São Paulo: Instituto Cidadania Empresarial: Projeto Casulo, s/d.
- ROCHA, M. C. A experiência de educar na rua: des-cobrindo possibilidades de ser-no-mundo. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- SANTOS, W. A. (Coord.). Jovens urbanos: sistematização de uma metodologia. São Paulo: Cenpec, 2008.
- UNICEF (Org.). Resiliência na adolescência – refletindo com educadores sobre superação de dificuldades. São Paulo: Unicef, 2008.

Sobre juventude e violência

- ABRAMOVAY, M. et al. Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas

cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

- INSTITUTO SANGARI. Mapa da Violência 2010. Disponível em: <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/>.
- PROJETO PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES E JOVENS NO BRASIL – Estratégias de Atuação. Polícia e juventude: novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens. São Paulo, 2010.
- RAMOS, S. Meninos do Rio: jovens, violência armada e polícia nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: CEsEC, 2008.
- SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). Violência e exclusão: convivendo com paradoxos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Ed. Cortez, 2010 (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia).

Sobre redes e articulação comunitária

- Revista Eletrônica do Terceiro Setor. Disponível em: <www.rets.org.br>.
- IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social <http://www.idis.org.br/iscom/redes-sociais-de-desenvolvimento-comunitario>.
- Pró-menino: trabalhando em rede <http://www.promenino.org.br/Trabalhandoemrede/tabid/73/Default.aspx>.
- WERNECK, N. M. D.; TORO, J. B. Mobilização social: um modo de construir a democracia e participação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- Desenvolvimento Comunitário Apoitcha <http://apoitcha.org/projetos/desenvolvimento-comunitario/>.
- CENPEC (Org.). Seminário Nacional Tecendo Redes para a Educação Integral. São Paulo: Cenpec, 2006.

Sobre resiliência e vulnerabilidade

- ASSIS, S. G. de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta – a vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- MESQUITA NETO, P.o de et al. Prevenção do Crime e da Violência e Promoção da Segurança Pública no Brasil. Eixo temático da pesquisa Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública, elaborada em abril de 2004 pelo Ministério da Justiça/Secretaria Nacional da Segurança Pública, em parceria com a Federação das Indústrias do RJ e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Pesquisa sobre índice de vulnerabilidade juvenil à violência – IVJ-V <http://www.seade.gov.br/projetos/fbsp/include/baixar_documento.php?ID=5>.
- SILVA, M. S.; ALCÂNTARA, P. I. (Coord.). O direito de aprender: potencializar avanços e reduzir desigualdades. Brasília, DF: Unicef, 2009. Situação da infância e da adolescência brasileira 2009.

Projeto Juventude e Prevenção da Violência

O Projeto Juventude e Prevenção da Violência é o objeto do Termo de Parceria 009/2008, firmado entre o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública e com recursos do Pronasci, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Sua consecução contou com amplo leque de parcerias, com destaque para o Instituto Sou da Paz, o Ilanud Brasil e a Fundação Seade.

Ficha institucional

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro da Justiça: José Eduardo Cardozo
Secretário Executivo: Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Secretária Nacional de Segurança Pública: Regina Maria Filomena de Luca Miki
Departamento de Políticas, Programas e Projetos: Alberto Kopittke
Diretora de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública: Isabel Seixas de Figueiredo
Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública: Sidnei Borges Fidalgo

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente do Conselho de Administração: Jésus Trindade Barreto Júnior.
Conselho de Administração: Elizabeth Leeds - Presidente de Honra / Carlos Roberto Sant'Ana da Rosa / Denis Mizne / Humberto Vianna / Jacqueline Muniz / José Luiz Ratton / José Marcelo Zacchi / José Vicente Tavares dos Santos / Kátia Alves / Luciene Magalhães de Albuquerque / Luís Flávio Sapori / Renato Vieira de Souza / Sérgio Roberto de Abreu / Silvia Ramos / Wilson Batista
Secretário Geral: Renato Sérgio de Lima

COMITÊS DE ACOMPANHAMENTO DO TERMO DE PARCERIA

2009-2010: Cláudio Bandel Tusco (MJ/DPF) / Helder Ferreira (IPEA) / Isabel Seixas De Figueiredo (SEDH) / Marcelo Ottoni Durante, presidente (SENASP) / Paula Miraglia (ILANUD Brasil) / Reinaldo Chaves Gomes (MJ/PRONASCI) / Renato Sérgio de Lima (FBSP)
2010-2011: Almir de Oliveira Junior (IPEA) / Claudio Bandel Tusco (MJ/DPF) / Denis Mizne (Instituto Sou da Paz) / Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas (SDH) / Luciane Patrício Braga de Moraes, presidente (SENASP) / Renato Sérgio de Lima (FBSP)

AGRADECIMENTOS INSTITUCIONAIS

Ricardo Brisolla Balestreri / Reinaldo Chaves Gomes / Ronaldo Teixeira

Ficha técnica

SUPERVISÃO GERAL: Renato Sérgio de Lima
COORDENAÇÃO GERAL : Denis Mizne / Melina Riso / Paula Miraglia / Renato Sérgio de Lima

COORDENAÇÃO EXECUTIVA : Carolina Ricardo / Ligia Rechenberg / Marina N R Menezes / Mônica Zagallo / Samira Bueno

ADMINISTRAÇÃO: Hilda Mancuso / Amanda Gouvea / Fernanda Kamiyama

EQUIPE : Adalton Marques / Adriana Gomes de Paiva / Adriana Taets / Aico Sipriano Nogueira / Alberto Alvadia / Alberto Coutinho Rabelo / Alessandra M. Navarro / Alexandre Paiva Camargo / Aline Honorato da Silva / Aline Yamamoto / Ana Carolina Guerra Alves Pekny / Ana Maria Narducci / Ana Maura Tomesani Marques / Ana Paula Portella ferreira Gomes / André Chui de Menezes / André Paiva / Aurélio Moschin / Camila Caldeira Nunes Dias / Camilo Flamarion Barbosa dos Santos / Carlos Henrique de Lima / Clarissa Galvão Cavalcanti Borba / Clarissa Ribeiro Huguet / Claudia Charoux / Daniel Angelim / Daniel Mazzuco / Debora Cristina Carrari / Débora Sousa Lopes / Dennis Van Wanrooij / Enrico Spaggiari / Erika Soares Sallum / Francisco José Pereira de Lima / Fransergio Goulart de Oliveira Silva / Iuri Pereira Jaime / Jaqueline Soares / João Cardoso / José Ap. Severino dos Reis / José Luis Ventura Leal / Juliana Vinuto / Karina Fasson / Laura Fernanda Zacher / Leticia Nuñez Almeida / Ligia Schiavon Duarte / Lize Marchini / Luiz Antônio Brenner Guimarães / Maia Fortes / Marcio Teixeira da Silva / Marco Aurélio Martins / Marcus Goes / Maria Eunice Xavier Kallil / Marilia Ortiz / Martha Maria Jares Alves / Max Maciel Cavalcanti / Natalia Lago / Natalia Romano / Oteniel Almeida dos Santos / Patrícia Correia de Oliveira / Patricia Mercedes Henzell / Paula Regina da Silva Guerra / Paulo Eduardo Mancuso / Rebeca Zanetti de Traglia / Régia Cristina Oliveira / Regina Maria Prado Leite Erbolato / Reinaldo Chaves Gomes / Ricardo Augusto Romano Santa'anna / Ricardo Neves / Solange Gonçalves / Solange Martins / Stella Christina Schrijnemaekers / Terine Husek Coelho / Thandara Santos / Thiago Thadeu da Rocha / Tiago Rangel / Valéria Torres da Costa e Silva / Vanessa Abdo Benaderet / Vânia Regina Fontanesi / Vera Helena de Camargo / Welison da Silva Mesquita

CONSULTORES: Alex Niche Teixeira / Beatriz Silva Cruz / Cristina Neme / Doriam Luis Borges de Melo / Guaracy Mingardi / Haydée Caruso / Ilona Szabó de Carvalho / Jander Ramon / José Luiz Ratton Jr. / Liana de Paula / Lilian Liye Konishi / Luiz Flavio Sapori / Marlene Monteiro Pereira / Maria Cristina Rocha / Melissa de Mattos Pimenta / Neide Patarra / Silvia Ramos / Sonia Nahas de Carvalho / Tânia Pinc / Túlio Kahn

Parceiro responsável pela elaboração do Guia:

INSTITUTO SOU DA PAZ

Diretor Executivo: Denis Mizne
Diretora de Desenvolvimento Institucional: Melina Risso
Coordenadora de Sistematização, Informação e Referência: Ligia Rechenberg
Coordenadora de Gestão Local de Segurança Pública: Carolina de Mattos Ricardo
Assistente da Área de Adolescência e Juventude: Vanessa Abdo Benaderet
Coordenação do projeto: Carolina Ricardo, Ligia Rechenberg e Mônica Zagallo

Redação do Guia: Carolina Ricardo, Ligia Rechenberg, Maria Cristina Rocha e Vanessa Abdo Benaderet
Revisão: Vânia Regina Fontanesi
Edição de arte: URBANIA
Tiragem: 300 exemplares
Data: fevereiro de 2011